

DE QUAL CENTRO E PERIFERIA ESTAMOS FALANDO?

Of which center and periphery are we talking?

Ralfo Edmundo Matos *
Rodrigo Nunes Ferreira **

Resumo

Esse estudo tem como objetivo a análise comparada de mudanças nos níveis de ocupação e renda nos mercados de trabalho de regiões metropolitanas (RMs) do Nordeste e Sudeste. Para tanto foram discriminadas as populações de trabalhadores migrantes e não-migrantes residentes nos núcleos e periferias das RMs de Fortaleza e de Recife vis-à-vis os residentes das RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, segundo classes de renda e estratificação da condição de pobreza e extrema pobreza. Os resultados indicam que houve melhora generalizada das condições de remuneração dos trabalhadores migrante e não-migrante, não obstante a aceleração do processo de urbanização das últimas décadas há evidências de maior inserção ocupacional dos dois grupos populacionais, com a supremacia dos migrantes sobre os não-migrantes em termos de renda mediana auferida no trabalho segundo dados censitários. A perspectiva de que a expansão da ocupação e renda traga benefícios ao padrão habitacional de periferias metropolitanas não deve ser negligenciada em análises subsequentes, que explorem outras características dos domicílios, sobretudo se houver continuidade de ganhos de remuneração sustentados por conjunturas econômicas de crescimento no decorrer da atual década.

Palavras-chaves: Migrações internas; Periferias metropolitanas; Pobreza urbana.

Abstract

This study is a comparative analysis of changes in levels of employment and income in the metropolitan areas of labor markets (RMs) of Northeast and Southeast. The populations of workers were discriminated between migrants and non-migrants, residents in the cores and peripheries of metropolitan areas of Fortaleza and Recife compared with residents of metropolitan regions of São Paulo and Rio de Janeiro between 2000 and 2010, according to the level of income and the condition of poverty or extreme poverty. The results indicate improvement of the remuneration of migrant and non-migrant workers, despite the acceleration of the urbanization of the last decades, there is evidence of higher occupational integration of the two population groups, with the supremacy of migrants on the non-migrants in terms of median income of work according to census data. The perspective that occupation and income expansion might bring benefits to the metropolitan outskirts residence standards should not be neglected in further analysis, which may explore other dwelling features, particularly if an income gain steadiness sustained by growing economic scenarios should be observed along the current decade.

Key words: Internal migrations; Metropolitan outskirts; Urban poverty.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo el análisis comparativo de los cambios en los niveles de ocupación y de ingresos en las áreas metropolitanas de los mercados de trabajo (RMS) de Nordeste y Sureste. Para ambos fueron discriminados poblaciones de los trabajadores migrantes y no migrantes residentes en los núcleos y periferias de las áreas metropolitanas de Fortaleza y Recife en comparación con los residentes de las regiones metropolitanas de São Paulo y Río de Janeiro entre 2000 y 2010, de acuerdo con las clases de ingresos y la estratificación de acuerdo la condición de pobreza o extrema pobreza. Los resultados indican una mejora general de las condiciones de remuneración de los trabajadores migrantes y no migrantes. A pesar de la aceleración del proceso de urbanización en décadas hay evidencia de una mayor integración profesional de los dos grupos de la población, con la supremacía de los migrantes sobre los no migrantes en términos de ingresos medios obtenidos en el trabajo de acuerdo a los datos del censo. La perspectiva que la expansión del empleo y los ingresos pueden beneficiarse las viviendas en las periferias metropolitanas no debe ser descuidado en los análisis posteriores que exploran otras características de los hogares, sobre todo si hay continuidad de los beneficios de compensación sostenida por coyunturas de crecimiento económico durante el década actual.

Palabras Claves: Migración interna; Periferias metropolitanas; Pobreza urbana.

(*) Prof. Dr. da Universidade Federal de Minas Gerais e Bolsista Produtividade do CNPq - Av. Antônio Carlos 6627, CEP: 31270901, Belo Horizonte (MG), Brasil. Tel: (+55 31) 34995426 - ralfomatos@gmail.com

(**) Msc. pela Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Antônio Carlos 6627, CEP: 31270901, Belo Horizonte (MG), Brasil. Tel: (+55 31) 34995426 - rodrigonunesferreira@gmail

INTRODUÇÃO

A vida em grandes cidades há muito tempo é objeto de debates em todo o mundo. O último relatório das Nações Unidas sobre o crescimento da população urbana mundial acena para a inexorabilidade da urbanização da humanidade, mesmo nos continentes de pobreza aguda ou de contingentes populacionais menos expressivos (UNITED NATIONS, 2012). Os problemas resultantes da aceleração da urbanização mundial hoje, ou na Europa dos tempos da Revolução Industrial, são conhecidos e já foram descritos na literatura por autores consagrados. Contudo, ainda afloram questões diversas mais ou menos associadas ao incremento da urbanização e que desafiam analistas contemporâneos.

Martine (2007), por exemplo, ao discutir a questão ambiental, a despeito de estar ciente de que grande parte dos habitantes de cidades são pobres e vivem em situações de precariedade em extensas periferias, observa que a maioria dos problemas ambientais existentes são resultantes de padrões de produção e de consumo que requerem enormes gastos de energia para movimentar a indústria, os transportes e assegurar níveis razoáveis de conforto nos lares (calefação, iluminação e eletrodomésticos), o que por sua vez gera enormes quantidades de lixo e poluição.

Com tudo isso, o autor espoca uma visão claramente pró-urbana e em favor da concentração urbana, que representaria uma forma mais sustentável de uso da terra. Observa que a urbanização é inevitável e “também pode ser vantajosa da perspectiva ambiental, dada a realidade demográfica e econômica” da atualidade. Ambientes degradados em áreas urbanas associam-se mais aos padrões insustentáveis de desenvolvimento, ao lado do recrudescimento da pobreza diante da ausência de oportunidades econômicas e das carências de planejamento, controle e gerenciamento urbanos. Um dos objetivos do planejamento do uso do solo urbano deveria se voltar ao atendimento das necessidades dos pobres. Impor barreiras a migração campo-cidade, como muitos governos insistem em promover, é esforço inútil. “Tais atitudes têm obrigado os pobres a ocuparem terras marginais, ecologicamente frágeis ou perigosas, tais como beiras de rios e morros íngremes. Isto tem contribuído imensamente para a esqualidez e miséria da nova população urbana, bem como para a degradação ecológica das cidades” (MARTINE, 2007, p. 187). Não há como discordar dessa assertiva, especialmente tendo em conta a tradição elitista que o planejamento urbano incorporou por mais de um século.

Martine (2007) realizou uma análise da urbanização mundial sob as lentes da problemática ambiental, na tentativa de aprofundar as tendências apontadas no Relatório da ONU (UNITED NATIONS, 2006). A maior parte de suas conclusões são inequívocas, embora existam especificidades relevantes quando a escala da análise é alterada. Em países de macrocefalias urbanas irreversíveis, o planejamento urbano pode melhorar substancialmente a ambiência e as condições de vida dos residentes em metrópoles densas e estendidas geograficamente, com, por exemplo, a implantação de nucleações centrais verticalizadas diversas que multipliquem os centros urbanos. Em países de menor grau de macrocefalia urbana, como o Brasil, onde é possível identificar centenas de polos urbanos que abrigam uma fração imensa da população urbana, as circunstâncias e vantagens socioeconômicas e ambientais nesse tipo de configuração espacial são de outro tipo e o planejamento urbano pode trazer à luz outras discussões sobre qualidade e padrão de vida dos habitantes. Cidades médias equipadas podem favorecer o cálculo econômico em relação a uma série de custos no tocante aos tempos de deslocamento gastos pela população (da casa ao emprego, ao lazer ou a serviços públicos). Se a incorporação excessiva de áreas rurais para a expansão urbana é uma irracionalidade do ponto de vista do planejamento urbano, além de tornar irremediável a presença de periferias longínquas e miseráveis, cabe indagar se afirmativas como essa não acabam introduzindo um certo “fatalismo” supostamente cancelado pela moderna sociedade de consumo de massa.

É inegável que grandes cidades representam concentrações humanas únicas na história humana. Materializam expansões físico-territorial jamais vistas, mediante sucessivas absorções de áreas rurais, “infundáveis” periferias urbanas, parcelamentos clandestinos e precarizados, invasões



de variados tipos, além das cidadelas fechadas, às vezes muradas, redutos de segmentos de renda alta e média. Multiplicam-se, como vírus, como sentenciava Henry Lefebvre (1999).

Estimativas da Organização das Nações Unidas de 10 anos atrás indicavam que a população favelada mundial dobrara de tamanho em sete anos e atingia um bilhão de habitantes em 2003, quase 1/7 da população do planeta. Até 2030 esse número tenderia a dobrar novamente (UN-HABITAT, 2003).

Na atualidade, as periferias urbanas diferem muito das do passado? E se é assim, essa evidência se associa ao elevado número de migrantes “sem pouso certo”, expulsos de áreas rurais, e que transitam por territórios urbanos? Em vastas regiões da África e da Ásia parece ser esse o quadro das periferias urbanas do século XXI. As magnitudes populacionais são impressionantes em meio a níveis de pobreza e exclusão catastróficos.

E no Brasil? A despeito de o país ter praticamente completado sua transição demográfica e sua transição urbana, etapas que países da África só irão experimentar décadas a frente, as mazes da expansão urbana continuam dramáticas? Motta (2004, p. 136) nos dizia que, nas periferias metropolitanas havia desemprego, subemprego e pobreza. Dados organizados pela pesquisadora Sônia Rocha mostravam que em 1999 as áreas metropolitanas participavam com 32,1% no total da população pobre no Brasil. Aproximadamente 17,5 milhões de pessoas pobres viviam nas 10 principais regiões metropolitanas (RMs) brasileiras: a RM de São Paulo contribuía com mais de 1/3 da pobreza metropolitana e a do Rio de Janeiro com 16,7%, enquanto nas RMs nordestina de Recife e de Fortaleza, embora menores, residiam outros 17,7% do pobres metropolitanos (ROCHA, 2003, p. 127, 196). Com base nos censos demográficos de 1991 e 2000, Maricato (2002) concluía que as favelas brasileiras teriam aumentado 22%, e só no município de São Paulo cresceram de 585 em 1991 para 612 em 2000.

Com os dados do Censo de 2010 essa realidade permanece a mesma? Mesmo tendo em conta o período de melhoria das condições de vida de uma parte significativa da população brasileira, digamos, os 30 milhões de indivíduos que ingressaram nos estratos mais baixos da classe média, a “chamada nova classe média” (SAE, 2012)?

Para o economista Wilson Cano, o Brasil ainda passa por uma crise urbana preocupante. Autor do livro *Ensaio sobre a crise urbana no Brasil*, lançado em 2011, no qual expõe problemas decorrentes da aceleração da urbanização no país, como as lacunas em termos de políticas de habitação, especulação imobiliária e entrada do capital estrangeiro em negócios urbanos desde os anos 1990. O autor entende que no Brasil a urbanização gerou consequências positivas, mas também fez aflorar problemas difíceis de enfrentar, certamente em decorrência da forma muito acelerada que assumiu o processo brasileiro de urbanização, tal como de outros países latino-americanos: entre três a quatro décadas milhões de pessoas se transferiram para cidades incapazes de contar com estruturas de planejamento, legislação e gestão adequadas (CANO, 2011).

Wilson Cano, em recente entrevista, afirma que até os anos de 1960 vivíamos uma urbanização “suportável” porque a periferização ainda não havia assumido a dramaticidade dos dias de hoje. O morador não residia tão longe do local de trabalho e a construção da casa própria não era tão difícil, a despeito dos déficits crônicos existentes nos setores de educação, saúde, água, esgoto e transporte coletivo (UFMG, 2012).

De fato, já houve um tempo em que parte significativa dos excluídos do campo se integrava às economias urbanas e a mobilidade geográfica acarretava mobilidade social ascendente. Ao que parece, nos tempos da globalização financeira, tais possibilidades ficaram mais distantes e o futuro dos migrantes pobres e de seus filhos tornou-se sombrio. É como se nas periferias distantes das duas últimas décadas, a pobreza passasse a se reproduz mais aceleradamente. Milhões de migrantes e não-migrantes estariam constituindo uma geração de pobres cujos filhos estariam igualmente condenados à pobreza, abandonados nos confins da cidade grande (MATOS, 2005).

Nas últimas décadas a ambiência urbana explodiu e a periferização não cessou de aumentar como assevera Wilson Cano. O tempo de deslocamento casa-trabalho tornou-se impraticável, e



os transportes públicos precarizaram-se, o esgoto urbano é lastimável, não obstante a melhoria no abastecimento de água. Todas essas questões são sequelas da urbanização. Wilson Cano é enfático: “com a periferização, a conurbação, a metropolização e o surgimento de várias aglomerações urbanas, os problemas deixaram de ser locais e municipais [...] As dificuldades [...] passam a ser estaduais ou federais [...] e passam a depender de questões políticas, institucionais, orçamentárias, fiscais” (UFMG, 2012). A questão fundiária urbana continua grave. O autor observa que desde a política habitacional do tempo dos militares, época em que criaram o Banco Nacional de Habitação (BNH), a especulação imobiliária ganhou proeminência. A lógica do BNH de utilização de terrenos baratos de periferias urbanas era a tônica da época e continua sendo adotada pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Os custos de se levar infraestruturas para essas novas periferias são muito elevados e, além disso, a especulação com terrenos urbanos mais equipados faz inflar os preços de imóveis a níveis irracionais.

Esse artigo não detalha nem discute várias das questões interpostas por Wilson Cano, George Martine e outros. A maioria das afirmativas dos autores é inquestionável. A questão que interessa aqui é estabelecer algumas comparações entre metrópoles densas, possuidoras de vastas periferias, onde a precarização das condições de vida dos moradores poderia estar se ampliando ou não. Na verdade, esse estudo tem como objetivo o exame dos níveis de remuneração de trabalhadores migrantes e não-migrantes residentes nos núcleos e periferias de quatro regiões metropolitanas (RMs) brasileiras entre 2000 e 2010. Essa análise esbarra na discussão mais profunda sobre diferenciais de condições de vida em áreas centrais e periféricas de metrópoles distintas, discussão que extrapola os limites desse trabalho. Afinal, a pobreza é a mesma em periferias metropolitanas de RMs separadas regionalmente e historicamente pela desigualdade?

A propósito da questão da mobilidade ascendente resultante do incremento da renda do trabalho, algum esforço será empreendido para aferir a redistribuição espacial da força de trabalho migrante e não-migrante (aqui considerada como a população ocupada com 15 ou mais anos de idade). Essa aferição será feita exclusivamente com base nos dois últimos censos demográficos. Metodologicamente serão discriminadas e comparadas as populações de não-migrantes, imigrantes de data-fixa e imigrantes de retorno de mais de 15 anos de idade que estavam ocupadas nas datas dos censos de 2000 e 2010, com base em elaboração de cálculos da mediana da renda domiciliar e da renda individual (transformada remuneração média por hora trabalhada) e estratificação da condição de pobreza e extrema pobreza (conforme os limites da linha de corte dos programas de transferência de renda do Governo Federal).

É evidente que antigos mitos sobre presença negativa de hordas de migrantes ainda será considerada, não obstante as assertivas de Martine (1980) sobre a contribuição positiva dos migrantes nas áreas receptoras. A velha crença de que a expansão das periferias é um fenômeno “geralmente” causado por fluxos incessantes de imigrantes pobres a procura de trabalho nos grandes centros urbanos será rediscutida, à luz de dados censitários recentes. Os imigrantes têm contribuído para o agravamento da pobreza em grandes metrópoles, nas áreas centrais e periféricas, ou são singularmente distintos dos demais pobres moradores não-migrantes?

RESIDENTES DE QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS E NÍVEIS DE OCUPAÇÃO E EMPREGO

Para fins de comparação foram selecionadas quatro regiões metropolitanas brasileiras situadas em regiões distintas econômica e socialmente, as de São Paulo e Rio de Janeiro e as de Fortaleza e Recife. Os dados referem-se aos habitantes com 15 ou mais anos de idades residentes no core (município central) e na periferia (municípios formadores da periferia metropolitana). O status migratório foi discriminado de acordo com a informação de migração de data fixa. Os dados dos não-migrantes (não migraram nos últimos cinco anos até a data do Censo) são comparados aos das pessoas que mudaram de residência nos períodos 1995/2000 (Censo de 2000) e 2005/2010



(Censo 2010), com a discriminação dos que saíram e voltaram ao mesmo município de residência nos respectivos quinquênios. A desagregação dos imigrantes de retorno não só procura dar maior visibilidade a essa fração de migrantes, em face do aumento do fenômeno da migração de retorno nas últimas décadas, como tenta identificar especificidades desse tipo de migrante.

Antes de proceder a comparações sobre renda e níveis de pobreza conviria verificar o grau de ocupação dessas subpopulações nos dois censos. A premissa é que boa parte da população com 15 ou mais anos de idade esteja ocupada em atividades econômicas, embora a presença de estudantes e idosos que não trabalham deva ser maior entre os não-migrantes em face dos efeitos da seletividade da migração (migram sobretudo jovens adultos em busca de trabalho). Ademais, os dados podem guardar alguma correlação com momentos do ciclo econômico do país ou de maior dinamismo de determinadas metrópoles regionais.

A Tabela 1 permite concluir que o grau de ocupação das populações em análise é relativamente alto, geralmente superior aos 50%. Isto fica mais patente nos dados do Censo de 2010. Mesmo os não-migrantes, notoriamente menos ocupados que os migrantes, estão mais ocupados em 2010: bem mais na RM de São Paulo do que na RM do Rio de Janeiro, mais na RM de Fortaleza do que na de Recife. Os imigrantes de data fixa no núcleo da RMSF ultrapassam os 68% de ocupação em 2010 enquanto na RM do Rio de Janeiro essa proporção chega a 65,6%. Nas capitais Fortaleza e Recife tais percentuais são também muito expressivos, 61,4% e 60,1%. Da mesma forma, entre os migrantes de retorno esses números são igualmente significativos em 2010: em Fortaleza, 62,1%, em Recife, 58,9%, em São Paulo 68,4% e no Rio, 59,1%. Esses números confirmam tendências que vinham sendo noticiadas na mídia de 2012 no tocante a uma inédita situação de pleno emprego em várias regiões ou sub-regiões do país. De todo o modo, o crescimento econômico do período Lula deve ter influenciado positivamente nos dados ocupacionais da Tabela 1 quando se compara 2000 e 2010.

Tabela 1 – Total de residentes e percentual de ocupados nas populações de não-migrantes, imigrantes de data fixa e imigrantes de retorno com 15 anos ou mais de idade residentes em regiões metropolitanas selecionadas, 2000/2010

Região Metropolitana		Não-migrantes		Imigrantes de Data Fixa		Imigrantes de retorno	
		% Ocupados	Total de Residentes	% Ocupados	Total de Residentes	% Ocupados	Total de Residentes
Censo 2000							
RM Fortaleza	Núcleo	1.385.877	51,8	105.444	54,6	20.386	57,4
	Periferia RM	502.780	47,9	82.391	48,6	8.613	51,1
RM Recife	Núcleo	981.975	47,9	57.991	52,3	10.698	53,8
	Periferia RM	1.184.674	42,8	152.683	47,2	23.664	47,4
RM Rio de Janeiro	Núcleo	4.287.383	51,2	200.114	60,4	46.761	57,1
	Periferia RM	3.260.268	49,1	329.520	52,5	62.395	51,4
RM São Paulo	Núcleo	7.297.518	55,2	464.633	61,1	79.713	60,3
	Periferia RM	4.468.354	52,4	750.543	55,7	95.401	56,0
Censo 2010							
RM Fortaleza	Núcleo	1.783.623	58,9	89.846	61,4	24.334	62,1
	Periferia RM	759.508	52,7	79.053	56,2	14.237	55,2
RM Recife	Núcleo	1.143.695	53,7	59.373	60,1	13.030	58,9
	Periferia RM	1.478.621	49,4	134.465	54,6	26.527	53,0
RM Rio de Janeiro	Núcleo	4.856.124	56,8	179.427	65,6	57.764	63,1
	Periferia RM	3.956.703	54,6	259.416	57,9	54.814	59,1
RM São Paulo	Núcleo	8.374.119	61,5	421.532	68,5	120.866	68,4
	Periferia RM	5.729.204	60,0	612.497	65,4	104.984	64,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (microdados da amostra)



Para averiguar as condições de vida dos habitantes das quatro metrópoles em tela é necessário o exame dos dados de renda, a despeito dos problemas que as declarações de rendimentos internalizam na maioria das enquetes realizadas em todo o mundo. Os dados de renda domiciliar per capita parecem mais úteis aos nossos propósitos, e são aqui analisados com base na suposição de que os erros de declaração existentes na amostra expandida dos dois censos são homoganeamente distribuídos no espaço. A utilização de números relativamente altos que agregam contingentes populacionais expressivos serve de contrapeso, mas não resolve circunstâncias de omissão de rendimentos do trabalho, por exemplo, em cidade de maior nível de renda auferida como São Paulo.

As principais conclusões da Tabela 2 podem ser resumidas como se segue:

- 1) As rendas per capita nos cores (núcleos) da RMSP e RMRJ, como seria de se esperar, são bem superiores às rendas de suas periferias e das metrópoles nordestinas. Em 2000, entre os não-migrantes de São Paulo a renda per capita ultrapassava 2,4 vezes a de Fortaleza, embora em 2010 essa disparidade tenha declinado para 1,7 vezes (70% superior a de Fortaleza)
- 2) Em quase todos os casos, a renda per capita da população migrante é superior à da população não-migrante. No ano 2000 os rendimentos dos imigrantes de data fixa ultrapassavam claramente os dos não-migrantes nas metrópoles de Fortaleza e Recife, de 20% a mais na periferia de Fortaleza a 109% na capital Recife! Já nos casos das metrópoles de Rio e São Paulo o mesmo não se verifica: a renda per capita dos migrantes é semelhante (na periferia da RMRJ a renda per capita dos imigrantes é 5% maior) ou menor que as rendas dos não-migrantes.

Tabela 2 – Mediana da renda domiciliar per capita das populações de não-migrantes, imigrantes de data fixa e imigrantes de retorno com 15 anos ou mais de idade residentes em regiões metropolitanas selecionadas (em reais) - 2000/2010

Região Metropolitana		Não-migrantes		Imigrantes de Data Fixa		Imigrantes de retorno	
		2010	2000	2010	2000	2010	2000
RM Fortaleza	Núcleo	275,83	408,00	392,92	510,00	334,37	489,00
	Periferia RM	148,33	255,00	177,80	300,00	167,32	263,33
RM Recife	Núcleo	296,65	434,50	619,94	920,00	392,92	825,00
	Periferia RM	212,57	319,60	285,85	400,00	245,57	350,00
RM Rio de Janeiro	Núcleo	628,67	690,00	593,31	850,00	602,48	834,00
	Periferia RM	357,56	485,00	376,71	550,00	353,63	500,00
RM São Paulo	Núcleo	653,23	700,00	522,19	749,50	530,83	666,67
	Periferia RM	475,43	560,00	406,28	583,33	392,92	538,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000e 2010 (microdados da amostra)

Nota: Rendimentos de 2000 corrigidos pelo INPC acumulado no período de 08/2000 a 07/2010. Índice de correção aplicado: 1,964595 (Fonte: BACEN).

3) Os dados do Censo de 2010, embora mostrem níveis de renda dos migrantes relativamente maiores sobretudo nas metrópoles nordestinas, indicam também que os “imigrantes de data fixa” auferem renda significativamente superior à dos não-migrantes. Em 2010, em nenhum caso a renda per capita dos não-migrantes supera a dos migrantes. Em 2000 essa disparidade já se fazia presente. O rendimento dos imigrantes de data fixa do core de Recife era mais que o dobro da dos não-migrantes.

4) No que tange aos imigrantes de retorno, convém considerar inicialmente que esse rol deve incluir muitos trabalhadores de menor qualificação que regressaram às suas cidades após tentarem a sorte em outro lugar e fracassarem. De fato, no ano 2000 a renda per capita dos

migrantes de retorno é inferior à maioria dos demais migrantes, à exceção dos que regressaram às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. No ano 2010 os resultados são mais enfáticos: todos que retornaram auferiam rendimento inferior aos dos demais migrantes.

Os dados das duas últimas tabelas, se vistos conjuntamente, podem estar sugerindo que maiores taxas de ocupação se associam a rendimentos menores, o que revelaria situações em que mais membros das famílias estariam ocupados no mercado de trabalho como estratégia para fazer ampliar a renda domiciliar. Isso poderia ser o caso dos migrantes do período 1995/2000 que retornaram às metrópoles nordestinas (graus de ocupação superior ao dos demais migrantes). Mas pode estar acontecendo situações em que a renda mediana não se aplica aos casos típicos de insucesso na tentativa de fixação nas áreas de destino, como entre os residentes de áreas não periféricas das metrópoles os quais, afinal, alcançaram patamares de renda mediana muito próximos aos dos demais migrantes.

Os dados dos dois últimos censos permitem ir além nas comparações envolvendo as quatro metrópoles a partir de variáveis de renda, pobreza e periferização? Antes de avançar convém reexaminar os números absolutos constantes da Tabela 1. Os dados indicam que o número de imigrantes residentes nas quatro periferias metropolitanas tem diminuído ou aumentado bem pouco, embora nas duas RMs nordestinas os números indiquem aumento dos imigrantes de retorno. Os dados indicam que a expansão periférica parece estar sustentada sobretudo nos não-migrantes, principalmente no caso de Fortaleza, já que nas outras metrópoles a expansão em torno dos 20% em 10 anos pode resultar do próprio crescimento vegetativo de antigos moradores dos municípios periféricos.

Resta averiguar se a proporção de pobres e indigentes ainda assim tem aumentado. São conhecidas as limitações das medições de pobreza centradas exclusivamente na renda, por não considerarem o aspecto multidimensional do fenômeno (SEN, 2001; ALKIRE, FOSTER, 2007), bem como a possibilidade de subestimações decorrentes do estabelecimento de uma linha única de corte em diferentes regiões do Brasil com valores de custo de vida discrepantes (ROCHA, 2003). Contudo, a renda ainda é um indicador respeitável em sociedades capitalistas e costuma sintetizar de modo razoável as condições de pobreza e privação em ambientes urbanos com acúmulos históricos de infraestruturas e serviços típicos de grandes áreas metropolitanas como nos quatro casos aqui examinados. A fim de facilitar a comparabilidade, optou-se por analisar os resultados dos últimos dois censos. Os dados da Tabela 3 elucidam parte das questões que envolvem a evolução da pobreza nas regiões metropolitanas selecionadas. As conclusões mais evidentes podem ser resumidas a duas:

- 1) A percentagem de pobres é bem mais significativa no ano 2000. Em 2010 o número de pobres e muito pobres diminuiu em praticamente todas as áreas analisadas. Um dado excepcional que cabe destacar fica por conta das RMs do Sudeste, nas quais houve um aumento percentual da pobreza extrema, tanto entre imigrantes quanto entre não-migrantes, notadamente nos cores (núcleos) paulista e carioca. Essas mesmos núcleos mantiveram os percentuais de pobreza praticamente inalterados.
- 2) As RMs aqui analisadas mostram resultados diferenciados quanto a incidência de pobreza entre migrantes e não migrantes. Nas áreas selecionadas da região Nordeste, tanto nas capitais quanto nas áreas periféricas, é maior a proporção de pobres entre não-migrantes, e entre os imigrantes de retorno quando comparados aos imigrantes de data fixa. Nas RMs do Sudeste este padrão estava invertido em 2000, momento em que era maior a incidência de pobreza entre a população migrante. Em 2010, mostra-se ligeiramente alterado, quando passou a prevalecer uma maior incidência de pobreza apenas entre os imigrantes de retorno, ao passo que entre os imigrantes de data fixa registraram-se os menores percentuais de pobres.



Tabela 3 - Taxa de pobreza e extrema pobreza das populações de não-migrantes, imigrantes de data fixa e imigrantes de retorno com 15 anos ou mais de idade residentes em regiões metropolitanas selecionadas (em %) – 2000/2010

Região Metropolitana Selecionada		Não-migrantes		Imigrantes de Data Fixa		Imigrantes de retorno	
		Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	
Extrema pobreza							
Censo 2000							
RM Fortaleza	Núcleo	8,9	24,1	5,6	17,6	7,9	19,5
	Periferia RM	20,0	45,4	15,8	39,5	17,1	42,0
RM Recife	Núcleo	8,9	23,0	5,6	14,4	6,9	20,0
	Periferia RM	13,2	32,1	10,5	24,9	13,3	29,3
RM Rio de Janeiro	Núcleo	3,7	8,4	4,2	9,0	4,6	9,7
	Periferia RM	6,7	15,6	7,1	16,0	8,3	18,2
RM São Paulo	Núcleo	3,9	7,7	4,6	9,4	5,4	10,3
	Periferia RM	5,4	11,0	6,9	13,6	7,5	13,9
Censo 2010							
RM Fortaleza	Núcleo	6,1	12,7	4,6	8,4	7,7	12,1
	Periferia RM	9,7	23,1	7,5	18,2	7,8	19,4
RM Recife	Núcleo	7,0	13,7	5,1	7,4	6,6	10,9
	Periferia RM	9,2	19,0	7,2	14,1	9,4	18,5
RM Rio de Janeiro	Núcleo	5,7	8,2	5,3	7,5	7,4	9,1
	Periferia RM	6,9	11,3	5,9	9,7	5,6	11,1
RM São Paulo	Núcleo	6,6	8,9	6,7	8,5	7,6	9,6
	Periferia RM	5,7	8,6	5,0	7,9	5,6	9,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000e 2010 (microdados da amostra)

Notas: 1 - Categorias de corte utilizadas: Extrema pobreza - % de pessoas com renda domiciliar per capita entre R\$0,01 e R\$ 70,00 (linha de corte do Programa Brasil Sem Miséria); Pobreza - % de pessoas com renda domiciliar per capita entre R\$0,01 e R\$140,00 (linha de corte do Programa Bolsa Família); 2 –Os rendimentos de 2000 foram corrigidos pelo INPC acumulado no período de 08/2000 a 07/2010 (o índice de correção aplicado foi 1,9645958; fonte: BACEN)

A análise dos dados sobre a renda auferida no mercado de trabalho (Tabela 4) permite introduzir pistas para o esclarecimento da maior redução da pobreza entre os migrantes. Para amenizar eventuais impactos nos resultados das remunerações de pessoas inseridas em diferentes idades no ciclo de vida (como nas comparações de imigrantes com não-migrantes), optou-se por trabalhar com o indicador da mediana da renda média por hora trabalhada. Evita-se, dessa forma, o efeito de remunerações menores decorrentes de cargas horárias menores, como é comum na população jovem ou mesmo entre mulheres ocupadas em algumas atividades terciárias.

Os dados examinados, contrariando antigas teses e novas confusões entre periferização urbana e migração, acabam sugerindo que a migração pode ser um fator redutor de percentuais de pobreza, especialmente nas RMs analisadas, regiões que historicamente são contrastantes economicamente.

Mas o qual pode ser a explicação para os diferenciais registrados entre as RMs do Nordeste e do Sudeste? Será a maior inserção da população migrante no mercado de trabalho, e consequentemente a renda auferida o fator determinante para esses diferenciais?

Prevalece, tanto entre migrantes quanto entre não-migrantes, os esperados diferenciais regionais e urbanos: são maiores os valores de mediana da renda média por hora trabalhada na região Sudeste e nas capitais. Entretanto, a impressionante variação percentual da remuneração mediana entre os imigrantes data-fixa no núcleo da RM do Recife (144,3% entre 2000 e 2010) significa que a renda mediana para esse grupo em 2010 supera a registrada nas capitais do Sudeste. Fenômeno

semelhante ocorre entre os migrantes de retorno à capital pernambucana, que, de forma similar ao da capital da RM do Rio de Janeiro, estaria a registrar o maior rendimento mediano para esse grupo entre todas as áreas analisadas: superava em 20% o valor registrado para a capital paulista.

Quanto aos diferenciais entre o core e a periferia, as capitais das duas grandes RMs da região Sudeste mostravam, em 2000, valores de renda mediana superiores para os não-migrantes, e valores mais próximos para migrantes e não-migrantes nos municípios periféricos. Em 2010 ocorre uma inversão na capital fluminense, com os imigrantes superando a mediana de renda por hora trabalhada dos não-migrantes. Enquanto na capital paulista, embora ainda prevaleçam remunerações maiores para os não migrantes, o diferencial 2000/2010 foi significativamente reduzido: a diferença nos valores medianos de remuneração a favor dos não-migrantes em relação aos imigrantes de data fixa caiu de 50% em 2000 para 10% em 2010. Na periferia dessas RMs registra-se no caso do Rio de Janeiro, em 2010, um diferencial positivo a favor dos imigrantes, enquanto na periferia metropolitana do core paulista reduziu-se o diferencial entre os não-migrantes e os migrantes. Praticamente repetiu-se os mesmos valores de remuneração mediana para não-migrantes e migrantes de data fixa.

A análise desses mesmos diferenciais entre o core e a periferia nas duas RMs da região Nordeste mostra dois padrões distintos. Enquanto na RM do Recife prevalecem os já destacados valores superiores para a população migrante, principalmente na capital, na RM de Fortaleza verifica-se uma inversão: a população não-migrante apresentava, em ambos os anos analisados, valores medianos superiores aos dos imigrantes na capital, e praticamente idênticos na periferia em 2010.

Tabela 4 - Rendimento mediano (em reais) por hora trabalhada no trabalho principal das populações de não-migrantes, imigrantes de data fixa e imigrantes de retorno com 15 anos ou mais de idade residentes em metrópole selecionadas, 2000/2010

Região Metropolitana		Não-migrantes		Imigrantes de Data Fixa			Imigrantes de retorno			
		2000	2010	Variação %	2000	2010	Variação %	2000	2010	Variação %
RM Fortaleza	Núcleo	3,07	4,06	32,3	2,63	3,75	42,5	2,55	3,50	37,0
	Periferia RM	1,99	3,19	60,1	2,29	3,19	39,1	2,15	3,19	48,3
RM Recife	Núcleo	3,41	4,55	33,3	4,91	8,68	76,7	3,07	7,50	144,3
	Periferia RM	2,81	3,65	29,9	3,27	4,25	29,8	3,07	3,81	24,2
RM Rio de Janeiro	Núcleo	6,01	6,38	6,1	4,09	6,67	62,9	4,91	7,50	52,7
	Periferia RM	4,09	5,00	22,2	4,09	5,63	37,4	4,09	5,31	29,8
RM São Paulo	Núcleo	6,70	6,88	2,7	4,46	6,25	40,0	5,12	6,25	22,2
	Periferia RM	5,36	5,63	5,0	4,91	5,63	14,5	4,91	5,36	9,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000e 2010 (microdados da amostra)

Notas: Rendimentos de 2000 corrigidos pelo INPC acumulado no período de 08/2000 a 07/2010 (índice de correção aplicado: 1,9645958; fonte: BACEN); desconsiderou-se as pessoas com rendimento nulo no trabalho principal

Por último, cabe salientar que os dados da variação percentual entre 2000 e 2010 do valor mediano da remuneração média por hora trabalhada entre migrantes e não-migrantes mostram um padrão que caberia esmiuçar em pesquisas subsequentes. Todos os grupos mostraram variações positivas entre 2000 e 2010. À exceção das periferias das RMs de Fortaleza e Recife, em todas as demais áreas os dois tipos de imigrantes experimentaram variações superiores às dos não-migrantes. Variações significativamente positivas foram as verificadas nas capitais das RMs de Recife e do Rio de Janeiro. Adicionalmente, cabe salientar que os resultados encontrados indicam aumento generalizado do rendimento nas capitais em comparação com as áreas periféricas.

Os dados da Tabela 4 sugerem que mercados de trabalho de áreas metropolitanas de fora do Sudeste têm funcionado como um fator de redução de pobreza e desigualdades regionais e intra-metropolitanas de renda entre 2000 e 2010.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre expansão de periferias urbanas e migração não possui mais os nexos de evidência empírica tão óbvios como os das décadas de 1960 e 1970, quando as duas principais metrópoles brasileiras atraíam enormes quantidades de trabalhadores expulsos de áreas rurais do Nordeste. A transição urbana e a transição demográfica passaram a ser elementos essenciais na análise econômica, sobretudo quando se discute a expansão do Produto Interno Bruto em circunstâncias de um passado recente de baixa produtividade, mas de oferta crescente de mão de obra e ociosidade existente em estabelecimentos produtivos (em decorrência dos muitos anos de declínio da atividade econômica). Essa oferta de mão de obra parece ter os dias contados e o trabalhador migrante, a despeito das múltiplas procedências nas idas e vindas existentes em suas trajetórias migratórias, apresenta-se relativamente experiente nos mercados de trabalho de áreas centrais e periféricas de regiões metropolitanas do país.

A urbanização acelerada dos últimos decênios produziu precariedades materiais em muitas áreas periféricas de grandes metrópoles brasileiras. Com isso, é ainda evidente a carência de infraestrutura social básica e de regulação urbana, e o aspecto de provisoriedade das casas e barracos de nossas periferias é ainda assustador. Contudo, paradoxalmente os dados começaram a expor uma melhoria em termos de emprego e renda da população ocupada o que, a médio prazo, pode vir a contribuir para amenizar as fisionomias esqueléticas de nossas periferias urbanas. Os dados aqui trabalhados parecem fortalecer essa perspectiva, mais ou menos como as questões que foram formuladas ao final da introdução.

Pode concluir que o grau de ocupação das populações de migrantes e não-migrantes com 15 ou mais anos de idade é relativamente alto, sobretudo em 2010. Os imigrantes de data fixa mostravam-se mais ocupados na metrópole paulista, embora na RMRJ a proporção de ocupados chegasse a quase 66%. O crescimento econômico do período 2000/2010 deve ter impactado positivamente os diferenciais a favor de migrantes e não-migrantes aqui examinados.

Os dados sobre renda auferida no mercado de trabalho auxiliaram o esclarecimento da maior redução da pobreza entre os migrantes. O indicador da mediana da renda média por hora trabalhada deixou evidente, para a população de migrantes e não-migrantes, a supremacia dos valores medianos na região Sudeste e nas capitais, embora seja muito alta a variação percentual da remuneração mediana dos imigrantes data-fixa na capital da RM do Recife entre 2000 e 2010.

Alguns dos investimentos levados a cabo no Nordeste e em especial na cidade de Recife atraíram migrantes qualificados de outras regiões do país, e isso causou efeitos positivos sobre outras atividades econômicas, tanto da periferia quanto do core metropolitano. A continuidade desse processo era esperada pelo menos até o fim do atual decênio, em face da agenda de obras de infraestrutura em implantação na região. Difícil dizer, se esse dinamismo econômico seria suficientemente virtuoso para gerar novas centralidades regionais autossustentadas nas décadas seguintes. Ao que tudo indica, a migração, associada à busca por melhores oportunidades de inserção ocupacional, parece ser um fato relevante a ser considerado na explicação da redução das desigualdades.

Contudo, as circunstâncias de crise econômica e crise política que o país passou a experimentar posteriormente, especialmente a partir de 2014, a paralização de várias grandes obras de infraestrutura, as dificuldades orçamentárias do governo, poderão impactar essas mesmas metrópoles por causa do aumento do desemprego e incremento de diversos tipos de pobreza. A continuação de um quadro de crise e recessão, poderia, até mesmo, fazer desaparecer os ganhos de redução das desigualdades socioespaciais verificados na primeira década do século XXI.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALKIRE, S., FOSTER, J. E. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**, OPHI Working Paper 7, Oxford Poverty and Human Development Initiative, 2007.



- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ed Ática, 1986.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76, 1995.
- GRIGG, D. Regiões, modelos e classes. **Bol. Geogr.** Rio de Janeiro, 32 (234): 3-46, maio/junho, 1973.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e tratamento da variável rendimento no Censo Demográfico 2010**. [Em linha] Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Estudo_e_tratamento_rendimentos.pdf [Consult. 13 de novembro de 2012].
- IPEA; IBGE; UNICAMP, IPARDES; NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: Unicamp: IPEA, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades; alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (org.) **Migração Interna - textos selecionados**, Fortaleza-CE, Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 24, n. n. 2, p. 181-190, 2007.
- MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. **Cadernos Metrôpole**, Rio de Janeiro, n. 13. Pp. 71-105, 2005.
- MOTA, D. M. As metrópoles e os desafios da política urbana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Metrópoles; entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo e Rio de Janeiro, FASE, Perseu Abramo. Observatório das Metrôpoles, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, A. C. T. . Regionalização: fato e ferramenta. In: Ester Limonad; Rogério Haesbaert; Ruy Moreira. (Org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? (agentes, processos e escalas)**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- ROCHEFORT, Michel. Regionalização e rede urbana. R. **RA'E GA**. Curitiba, n.7, p.115-121, 2003. Editora UFPR.
- SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Classe Média em Números**. 2012[Em linha] Brasília: SAE Disponível em: <http://sae.gov.br/novaclassemedia/numeros/> [Consult. 13 de novembro de 2012].
- SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- UFMG Notícias. **Urbanização acelerada explodiu ambiência, avalia economista da Unicamp**. [Em linha] Belo Horizonte: UFMG, Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/025733.shtml> [Consult. 13 de novembro de 2012].
- UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme. **The challenge of slums global report on human settlements 2003**, Nairobi-Kenya, UN-Habitat, 2003.
- UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects: The 2005 Revision**. New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations, 2006.
- UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects: The 2011 Revision**. New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations, 2012.

Trabalho enviado em Setembro de 2015

Trabalho aceito em Novembro de 2015

